

PROTESTANTISMO, LIBERALISMO, MAÇONARIA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Viviane Ribeiro*
Geraldo Inácio Filho**
UFU

1. Introdução

A inserção do protestantismo no Brasil ocorreu devido ao trabalho de proselitismo religioso iniciado na segunda metade do século XIX pelas agências missionárias norte-americanas que pretendiam cristianizar o mundo através da imposição de sua religião, cultura, sistema político-democrático e economia capitalista. Alguns fatores contribuíram para que a religião reformada se disseminasse no país, como por exemplo, a imigração, o debate em torno da liberdade de culto, a política liberal do Império, a proteção recebida da maçonaria na tentativa de enfraquecer politicamente a Igreja católica e modernizar o Brasil.

Problematizamos, até que ponto a educação defendida pelos liberais e protestantes teria o poder de tirar o Brasil da condição de atraso e de analfabetismo, em relação aos países desenvolvidos. Nesse sentido, objetivamos analisar as relações estabelecidas entre os missionários norte-americanos e os maçons brasileiros através da política imigratória, do discurso de modernização do Brasil, dos ataques à Igreja Romana, no apoio à criação de colégios e na defesa da liberdade religiosa do povo brasileiro.

Metodologicamente, a pesquisa vem se realizando através do estudo bibliográfico e documental referente às empresas missionárias norte-americanas, o trabalho religioso realizado no Brasil pelos protestantes, a história do Brasil Imperial e Republicano e a influência política da Maçonaria.

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista pela CAPES. ribeirovivi@yahoo.com.br.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. gifilho@ufu.br.

2. As primeiras tentativas de inserção do protestantismo no Brasil e a questão da liberdade religiosa

As primeiras tentativas de inserção do Protestantismo no Brasil - pelos franceses no Rio de Janeiro (1555-1567) e pelos calvinistas holandeses no nordeste (1630-1654) - foram fracassadas em virtude do controle exercido pela metrópole sobre a colônia para mantê-la livre da exploração econômica de outros países e para evitar que as idéias da “nova religião” em expansão na Europa e combatida pelo movimento da Contra-Reforma, contaminassem as terras brasileiras. Mas, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, Dom João VI, em 1808, decretou a abertura dos portos do Brasil às Nações Amigas - a Inglaterra. Tal medida representou a abertura do país ao protestantismo.

Neste contexto, a presença inglesa no Brasil Colônia, fazia-se através do comércio, não havendo ainda a intenção de disseminar a “nova religião” entre os nacionais. Mesmo a partir de 1824 início da imigração suíça e alemã no Brasil, não havia a intenção de proselitismo religioso, contudo, significou o início da luta por liberdade religiosa no Brasil.

A imigração no Brasil tinha por finalidade proteger as fronteiras brasileiras, fortalecer o exército nacional e, “branquear” a população brasileira. Posteriormente, a imigração dos povos europeus serviu para suprir a inexistência de mão-de-obra qualificada para a cultura do café e para as iniciativas de industrialização e modernização do país. Embora os imigrantes protestantes contassem com uma certa margem de liberdade religiosa, esta se restringia ao espaço familiar, sendo estritamente proibido “contaminar” o povo brasileiro com idéias novas e contrárias à religião oficial do Estado.

Mesmo sendo proibido o proselitismo religioso entre os nacionais, as Agências Bíblicas Britânica e Americana já distribuíam Bíblias no país através de agentes e colportores (vendedores de Bíblias), desde 1814. Dentre os agentes, citamos James Cooley Fletcher (1823-1901), que veio para o Rio de Janeiro em 1850 e, envolveu-se com maçons e políticos liberais do Império para garantir sua proteção e o direito de dar assistência religiosa para os imigrantes protestantes. Assim, difundiu-se a crença de que o atraso brasileiro era conseqüência da dominação da Igreja Católica sobre a política e a cultura brasileira. Tal pensamento, disseminado entre a ala liberal-maçônica dos políticos brasileiros, ocasionou no apoio à entrada de imigrantes norte-americanos no Brasil, em transações comerciais entre os dois países e na proteção aos agentes missionários.

A liberdade de culto reclamada pelos imigrantes norte-americanos em nome do progresso brasileiro, despertou no interior da maçonaria a possibilidade de separação da Igreja do Estado através do enfraquecimento do catolicismo pelo protestantismo. Nesse sentido, “apesar de numericamente pequena, a maçonaria tinha influência nos círculos dirigentes” (FAUSTO, 2002, p. 128) e passou a representar no âmbito político, os interesses dos imigrantes em termos de liberdade religiosa e dos direitos civis (casamento civil, registro civil de nascimentos e óbitos, sepultamento dos mortos, proselitismo religioso entre os nacionais).

Como as realizações de cultos eram proibidas na língua portuguesa, podendo realizar-se somente na língua dos imigrantes, Fletcher convidou o agente Robert Reid Kalley e alguns calvinistas portugueses, a vir para o Rio de Janeiro. Tal medida ocasionou no início do proselitismo religioso na língua portuguesa. Em 1856, realizou-se o primeiro culto em língua nacional, mas apenas em 1860, os missionários obtiveram o direito legal da pregação em português.

A pregação aos nacionais, gerou uma série de conflitos entre o governo liberal e a ala ultramontana da Igreja Católica. Tais embates foram declarados na Imprensa Nacional, mediante a criação de diversos jornais: maçônico-liberais, protestantes e os católicos, que respondiam às acusações de perseguição religiosa denunciada nos jornais liberais. Outra estratégia utilizada pelos católicos foi colocar a polícia e o povo contra os protestantes, porém, a intolerância não chegou a gerar violências físicas contra os agentes e colportores, pois a constituição brasileira pregava a liberdade religiosa. Diante das ameaças, os protestantes recorriam à proteção dos liberais e maçons, que garantiam o cumprimento da lei.

Em 1865, iniciou-se a imigração dos confederados americanos para o Brasil, eles deixaram para trás nos Estados Unidos suas propriedades rurais destruídas pela Guerra de Secessão (1861- 1865) para criar no Brasil núcleos de imigração norte-americana com a finalidade de continuar no Brasil a cultura da terra baseada no sistema de trabalho escravo. A imigração em massa dos norte-americanos foi estimulada pelo governo brasileiro que precisava de soldados experientes para a Guerra do Paraguai e mão-de-obra especializada. Também havia interesses econômicos das indústrias americanas de estabelecer relações comerciais com o Brasil, seja através da exportação de tecnologias para o progresso brasileiro, ou da abertura da Amazônia para outras nações. Acreditava-se que a imigração em massa dos povos protestantes transformaria o Brasil em um país desenvolvido e rico. Os liberais

reconheciam “que os protestantes estão muito acima dos católicos, em educação, em amor ao trabalho, em indústria e em moralidade” (VIEIRA, 1980, pp. 128-129). Ser liberal significava ser anticatólico.

O ultramontanismo se sobrepôs ao catolicismo liberal, transformando a Igreja Católica em uma instância ainda mais conservadora, combatendo os ideais da Revolução Francesa, expressos no Brasil via maçonaria, liberalismo e protestantismo, ocasionando a Questão Religiosa (1873), ou seja, o embate entre o catolicismo ultramontano e o liberalismo-maçônico.

A questão religiosa resultou na prisão dos bispos de Pernambuco e do Pará; entretanto, a Igreja Católica continuou sendo a Igreja Nacional. Religiosamente o *status quo* foi mantido, a liberdade religiosa continuou limitada aos núcleos de imigração protestante. Os direitos civis preconizados pelos protestantes e defendidos pelos políticos liberais só se efetivaram em 1891, após a instituição da República e a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado.

3. Protestantismo missionário no Brasil e educação

A história do Protestantismo missionário está vinculada à história da colonização dos Estados Unidos pelos puritanos ingleses, que migraram para a “Nova Inglaterra” com o objetivo de estabelecer uma igreja reformada livre da influência romanista e fugir das perseguições religiosas.

O Protestantismo, aliado à racionalização do trabalho, da organização social e individual do homem e ao liberalismo, veio a se transformar no elemento diferenciador da religião reformada norte-americana. Esse senso prático aliado ao espírito religioso deu impulso a criação de empresas missionárias, sendo que, “para muitos líderes e pensadores eclesiásticos, a vinda do Reino se daria após a implantação da civilização cristã. Por isso, a cristianização da sociedade seria uma preparação para a vinda do Reino de Deus” (MENDONÇA, 1995, p.60).

A partir da idéia de que Deus agia por meio dos povos escolhidos – os de língua inglesa – os protestantes norte-americanos viram-se na tarefa de propagar as idéias cristãs entre os povos pagãos e aqueles que não conheciam ainda a “verdadeira religião”, como era o caso da América Católica. Contudo, não bastava transplantar para os outros países apenas a

religião protestante, era imprescindível a imposição de sua cultura, de seu sistema político-democrático e do sistema econômico capitalista.

Se inicialmente, o trabalho religioso restringiu-se à distribuição de Bíblias e à assistência religiosa aos imigrantes, com as empresas missionárias, o trabalho tornou-se extremamente proselitista (de evangelização direta dos nacionais), polêmico (ataque direto ao catolicismo) e educacional (imposição da cultura norte-americana e formação da elite dirigente do país segundo a ética protestante).

Em 1859, chegou no Rio de Janeiro o missionário Ashbel Green Simonton (1833-1867), enviado pela Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos para iniciar o trabalho evangélico no Brasil. Em 1862 fundou a primeira Igreja Presbiteriana Brasileira. Além de pregar os cultos, Simonton dedicou-se à criação e administração de escolas dominicais e escolas paroquiais destinadas à formação religiosa e à alfabetização dos fieis. Estudou a cultura, a política e a religiosidade brasileira e, percebendo as limitações do “aparente” estado de liberdade religiosa, tentou garantir sua segurança, resolvendo “que seria melhor ficar perto dos centros civilizados [...]. No interior, as leis eram muitas vezes esquecidas ou ignoradas pelas autoridades locais” (VIEIRA, 1980, p. 138). Mas o que mais chamou a sua atenção, foi o lastimável estado de ignorância em que se encontrava o povo brasileiro, a ausência de instrução, prejudicava o proselitismo e colocava a Igreja Romana em posição de vantagem contra os missionários.

Alexander Lattimer Blackford (1828-1890) chegou ao Brasil em 1860 para ajudar Simonton na expansão do campo de evangelização, eles foram para São Paulo em 1863 com o objetivo de pregar para comerciantes e operários ingleses. Neste mesmo ano já realizavam os cultos em português, e em 1864 criaram a Igreja Presbiteriana de São Paulo. Dali, os missionários seguiram para o Oeste Paulista.

Em Brotas, os missionários encontraram o padre José Manoel da Conceição (1822-1873), ele fora ordenado em 1844 e sua admiração pelos estrangeiros protestantes e sua paixão pelo evangelho fizeram dele um péssimo padre romano. Em 1864, em visita aos amigos missionários, Conceição abandonou oficialmente a Igreja Romana. Foi o primeiro ministro protestante brasileiro e, por ter sido padre, sua conversão gerou uma série de ataques dos católicos ao protestantismo.

Por influência de Conceição, Brotas foi o primeiro núcleo presbiteriano do interior, e a conversão de famílias inteiras, principalmente nos sítios, se deve ao trabalho pessoal do ex-padre (FERREIRA, 1992, p. 53). Foi ele, quem ensinou aos protestantes como atingir o povo simples e ignorante com a mensagem do evangelho.

O modo de trabalho era ir de vizinhança em vizinhança e de casa em casa, pregando, lendo e expondo a Bíblia; à noite, culto e pregação na casa em que houvessem de dormir – e sempre afluindo vizinhos e parentes (RIBEIRO, 1981, p. 72).

Com Conceição, os missionários aprenderam “o caminho da mente dos brasileiros”:

o caminho era esse: ir à casa deles; entrar; ler a Bíblia, explicá-la; orar com eles; e por eles, inclusive por sua conversão. Identificar-se com eles, comer sua comida, dormir em seus catres ou no chão, em couros curtidos. Aprender a lhes querer bem; ir-se embora com saudades. Os naturais da terra eram gente emotiva (RIBEIRO, 1981, p. 95).

E sendo gente emotiva, eram tocadas intimamente pelos hinos e sua mensagem religiosa. Sendo em sua maioria gente simples, analfabeta, não podiam ler a Bíblia e a literatura religiosa, mas podiam cantar. Onde havia um indivíduo alfabetizado, ali se reunia toda a vizinha para ouvir a Palavra de Deus. Nesse sentido, famílias inteiras convertiam-se ao protestantismo. Do oeste paulista, o ex-padre seguiu o caminho de Minas Gerais, levando o evangelho a Borba da Mata, primeira Igreja Presbiteriana organizada no Estado de Minas Gerais em 1869.

George Whitehill Chamberlain (1839-?) veio para o Brasil em 1862. Com a urgência em arrumar novos missionários para o trabalho evangélico no Brasil, foi nomeado missionário coadjutor no Brasil em 1866. Iniciou seus trabalhos no interior de São Paulo, mas a necessidade de preparo teológico, fez com que voltasse aos Estados Unidos para cursar o seminário de Princeton (1866-1868). Neste meio tempo, casou-se com Miss Mary Anneley e retornaram ao Brasil. Em 1869, Chamberlain assumiu a Igreja de São Paulo.

Diante das perseguições as meninas protestantes matriculadas nas escolas públicas e confessionais católicas, Mary Anneley iniciou em sua sala de jantar turmas primárias para meninas (1869). Além das filhas dos presbiterianos, recebia meninas filhas de liberais e republicanos, perseguidos pelo partido conservador e pelo catolicismo. No ano seguinte, alugou um prédio para funcionamento da escola, admitindo meninos, com internato feminino e masculino para os alunos que vinham do interior. Essa escola recebeu o nome de Escola

Americana e diferia-se das escolas brasileiras pela metodologia moderna de ensino, baseada nos princípios educativos de Froebel e Pestalozzi.

Com o fim da guerra civil teve início a missão da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, ou Missão de Nashville, que em 1869, enviou George Nash Morton e Edward Lane ao Brasil. Sediados em Campinas, cuidaram da assistência religiosa dos imigrantes sulistas e organizaram a Igreja Presbiteriana de Campinas (1870).

Esses missionários começaram a freqüentar a alta sociedade campineira, tornando-se conhecidos pelos políticos liberais, os republicanos, os maçons e os comerciantes, tanto os nacionais, quanto os estrangeiros. Envoltos neste clima de “fazer progredir o Brasil”, eles dedicaram-se à causa educacional mais do que à evangelização direta; fundando em 1869 o Colégio Internacional de Campinas.

Diferentemente da Escola Americana, o Colégio Internacional fora planejado para oferecer à sociedade brasileira uma opção educacional de âmbito universitário, uma escola para formar nova elite dirigente (RIBEIRO, 1981, p.204). O colégio recebeu os filhos das famílias mais ricas de Campinas, nem todos eram crentes, mas sob a influência da ética protestante, formar-se-ia a elite dirigente brasileira mais tolerante à religião acatólica e aberta à influência política, econômica e cultural dos Estados Unidos. Mesmo utilizando uma pedagogia moderna, a Bíblia e o sistema religioso protestante orientavam todo o processo escolar. Pretendia-se formar juntamente com a elite dirigente os pastores para a evangelização dos nacionais.

A ambição de Morton de fazer progredir o colégio, endividou a instituição, em 1878 a missão pediu que ele lhe entregasse a escola livre de dívidas. Morton mudou-se para São Paulo no fim de 1879, onde abriu seu próprio colégio (que faliu no final do primeiro ano de funcionamento).

O missionário John Boyle (1845-1892), foi enviado pela missão de Nashville a Recife em 1873. Devido a dificuldades com o clima, transferiu-se em seguida para Campinas para auxiliar Lane no trabalho evangelístico e educacional. Em 1879, com a crise financeira do Colégio Internacional, transferiu-se para Mogi-Mirim, expandindo o campo de evangelização para o Triângulo Mineiro, Noroeste Mineiro e Sul do Estado de Goiás. As primeiras pregações de Boyle no Estado de Minas Gerais foram realizadas com o apoio da Maçonaria. E foi com o apoio da Maçonaria e dos “liberais”, que John Boyle iniciou em 1881 as primeiras viagens de

reconhecimento no Brasil Central seguindo na estrada de ferro até Uberaba. Em 1884, com o apoio do colportor e evangelista Jacob Filipe Wingerther, Boyle visitou Araguari, Bagagem (Estrela do Sul), Santa Luzia de Goiás e Formosa. Em 1887, Boyle mudou-se com a família para Bagagem, onde fundou o jornal “O Evangelista” em 1889. Em 1893, foram organizadas,

quatro Igrejas na seguinte ordem: a de Bagagem, a 18 de Junho; a de Paracatu, a 2 de Julho; a de Santa Luzia de Goiás, a 16 do mesmo mês; a de Araguari, a 16 de Agosto. Viagem penosa. A Mogiana ia até Uberaba, naquele tempo. Daí em diante, a cavalo. Uma viagem de cerca de dois meses (FERREIRA, 1992, p. 502).

Boyle dedicou-se à expansão do campo de evangelização (e foi considerado o pioneiro na pregação do evangelho nos Estados de Minas Gerais e Goiás), à imprensa (polêmica religiosa) e a tradução e composição de hinos. Morreu em outubro de 1892, vítima da febre amarela.

Outro ministro protestante norte-americano que se destacou no trabalho missionário no Brasil, foi o Revdo. Samuel R. Gammom. Ele chegou a Campinas em 1889 para auxiliar Lane no Colégio Internacional. À crise financeira da escola, juntou-se a epidemia de febre amarela que fez fechar as portas do colégio em 1890-1891. A epidemia fez cessar o trabalho de evangelização, impediu a abertura de um Seminário no próprio colégio para formação da mão-de-obra evangelística nacional e provocou a morte de muitos missionários.

Com o objetivo de continuar a obra educacional, Gammom providenciou a mudança do colégio para o campo do Leste de Minas, para a cidade de Lavras. Gammom alugou uma chácara onde morava, realizava os cultos e ensinava. A escola, agora denominada Instituto Gammom foi aberta em fevereiro de 1893, destinada principalmente para meninas, sendo aceitos alguns alunos. Posteriormente foi criada uma Escola Normal e uma Escola de Agricultura que se transformou na ESAL – Escola Superior de Agricultura de Lavras.

Na ausência de seminários e diante da necessidade de formar o elemento nacional para o trabalho religioso, os missionários, sob a forma de tutela, começaram a formar evangelistas leigos para a causa religiosa. Em São Paulo os missionários prepararam o mineiro Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) ordenado-o pastor em 1881. Ele organizou a Igreja de Campanha-MG, em 1884. Também se preocupou com a criação de seminários para o crescimento da causa protestante, pois, uma vez aberto o campo de trabalho, era preciso assistir com frequência os novos cristãos, mantendo-os distantes das práticas romanistas e cuidando para que observassem os valores éticos do protestantismo.

A iniciativa de Pereira de fortalecimento da Igreja Presbiteriana Nacional (autonomia, auto-sustentação, formação de ministros nacionais) frente às empresas missionárias norte-americanas que passaram a dedicar-se a outras causas, como por exemplo, a educativa, em detrimento da evangelização direta; gerou uma série de conflitos e rupturas no interior do Presbiterianismo missionário brasileiro que ficaram conhecidas por: a questão missionária (ou política); a questão educativa e a educação maçônica.

A questão política esteve presente não apenas entre os norte-americanos e os brasileiros, mas entre os próprios imigrantes, abolicionistas e escravocratas. Embora Pereira propusesse um clima de cooperação entre nacionais e estrangeiros, os nacionais dependiam economicamente dos norte-americanos que controlavam todos os recursos financeiros enviados pelas empresas missionárias. A tentativa de criação do seminário, outro ponto de controvérsia entre americanos e brasileiros, desencadeou-se na questão educativa.

Eduardo Carlos Pereira foi eleito pastor da Igreja Presbiteriana de São Paulo em 1888, e na defesa da educação teológica, passou a criticar o regime de tutela pelo qual estavam sendo preparados os ministros brasileiros e, a condenar os recursos investidos com o Mackenzie College (antiga Escola Americana) sob a direção de Horace Manley Lane (1837-1912). Lane, pouco a pouco, afastou a Escola Americana dos ideais evangelísticos dos missionários presbiterianos, assumindo feições pragmáticas da cultura educacional norte-americana. A educação cada vez mais secular e a falta de compromisso de Lane para com a Igreja fizeram com que o Mackenzie College se tornasse uma instituição incompatível com a causa da educação teológica. Eduardo Carlos Pereira

não aceitava a idéia de uma universidade protestante, pluralista, nos moldes das escolas norte-americanas como comprovam seus próprios escritos. Além do mais, Eduardo Carlos Pereira considerava que a premência de evangelização do Brasil carecia mais de pastores do que de escolas; as avultadas quantias despendidas com os grandes colégios das missões norte-americanas sangravam o já combalido cofre da Igreja e tais colégios malograram, no seu entendimento, em sua missão missionária, evangelística e no preparo do ministério evangélico, transformando-se apenas em fórum de contendas eclesiásticas, produzindo atritos entre os pastores nacionais e os norte-americanos e entre irmãos brasileiros (GOMES, 2000, p.141).

Às questões políticas e educacionais levantadas por Pereira, juntou-se a questão maçônica; porém, a maioria dos missionários norte-americanos, e o próprio Horace Lane eram maçons. No aspecto religioso e político os protestantes estavam mais próximos da Maçonaria do que dos católicos, a própria Bíblia, regra de fé e conduta do Protestantismo, estava presente

no altar maçônico. Daí a proteção dos colportores e agentes bíblicos por parte da Maçonaria: “a aproximação entre protestantes e maçons era notória menos por afinidades do que por objetivos comuns: ambos viam no catolicismo o entrave para seus interesses” (GOMES, 2000, p.149). A Maçonaria, também apoiou os missionários na implantação e desenvolvimento das Escolas Presbiterianas em todo o Brasil, especialmente, ao enviar os seus filhos para nelas estudar.

Quem levantou, no seio do Protestantismo, o fato de pertencer o crente à ordem maçônica, foi o Dr. Soares do Couto, no artigo “A Maçonaria e o Crente” publicado em “O Estandarte” em 1895. As Igrejas Presbiterianas, reunidas no Sínodo de 1900, “reconheceram o direito de cada membro ter a sua opinião a respeito, mas julga prejudicial à causa do evangelho qualquer propaganda pró ou contra a Maçonaria” (FERREIRA, 1992, p.442). No entanto, a discussão dividiu os membros da Igreja Presbiteriana e, Eduardo Carlos Pereira tornou-se o grande líder dos antimaçons, publicando uma série de estudos e artigos quanto à incompatibilidade entre Protestantismo e Maçonaria. Ele não separou a questão maçônica do problema educacional. Em 1903, Eduardo Carlos Pereira propôs ao Sínodo, um programa a ser votado, através dos itens:

1º Independência absoluta, ou soberania espiritual da Igreja Presbiteriana no Brasil em relação às missões norte-americanas.

2º Desligamento dos missionários dos presbitérios nacionais.

3º Declaração oficial de incompatibilidade da Maçonaria com o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

4º Conversão das Missões Nacionais em Missões Presbiterianas, ou autonomia dos presbitérios na evangelização de seus territórios.

5º Educação sistemática dos filhos da Igreja pela Igreja e para a Igreja (GOMES, 2000, p.157).

O descaso do projeto apresentado por Pereira ocasionou na divisão da Igreja Presbiteriana, e deu origem a duas denominações: a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Presbiteriana Independente, organizada por Eduardo Carlos Pereira, contra o domínio religioso norte-americano e a instituição maçônica.

Quanto à questão educativa, a discussão sobre o lugar da educação na empresa missionária durou até o ano de 1906; momento em que houve uma divisão no campo de trabalho dos missionários enviados pela Igreja Presbiteriana do Sul, dando origem: a Missão Oeste do Brasil – West Brazil Mission – cujo objetivo era a expansão do campo de

evangelização e compreendia o grupo de missionários sediados em Campinas, no Triângulo Mineiro e Sul do Estado de Goiás; e a Missão Leste – East Brazil Mission, cujos missionários sediados em Lavras, enfatizavam a criação de escolas, como um poderoso meio de formação religiosa.

4. Considerações Finais

Podemos afirmar, que a proteção dispensada aos agentes bíblicos e aos missionários por parte da maçonaria, e a defesa da liberdade religiosa, foi apenas parte de uma jogada política contra o poder da Igreja Católica. A maçonaria via os protestantes como os representantes da “modernidade” no Brasil, daí surgiu a crença entre a elite liberal-maçônica de que o atraso brasileiro é consequência da dominação Romana, tal situação seria resolvida mediante a imigração em massa dos povos protestantes e da imposição de seu estilo de vida baseado na valorização do trabalho e da educação.

Paralelamente à construção das igrejas, os missionários criaram escolas com a finalidade de instruir e educar os filhos dos fiéis dentro da ética protestante. Contudo, essas escolas passaram a receber os filhos da elite liberal-republicana e da maçonaria, uma vez que foram organizadas segundo o modelo norte-americano de educação moderna, pragmática e científica. A estratégia educacional adotada pelos protestantes possibilitou também, a criação de colégios destinados à formação profissional da elite brasileira, inclusive em nível superior. Temos, como exemplo, a abertura do curso de Engenharia em 1891, no Mackenzie College, em São Paulo.

Com a formação de pastores nacionais, estes, na pessoa de Eduardo Carlos Pereira, iniciaram um movimento de autonomia da Igreja Presbiteriana Nacional em relação às empresas missionárias norte-americanas, o que desencadeou na separação da igreja. Dentre os fatores que provocaram tal ruptura, tem-se a discussão em torno da educação, que na visão de Pereira prejudicava o trabalho de evangelização direta dos nacionais e, a questão da incompatibilidade entre a maçonaria e o Evangelho, também defendida por Pereira. No entanto, a maioria dos missionários norte-americanos era maçons. Com a divisão, a Igreja Presbiteriana do Brasil, continuou sob a tutela das agências americanas, aceita a participação

dos maçons e investe na estratégia educacional enquanto a Igreja Presbiteriana Independente, sob a direção de Eduardo Carlos Pereira, privilegia a criação de seminários para a formação de pastores brasileiros, investe na autonomia e auto-sustentação da igreja pelos próprios fiéis e combate a participação da maçonaria na vida da igreja.

5. Referências Bibliográficas

- FAUSTO, B. (2002). **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado.
- FERREIRA, J. A. (1992). **História da Igreja presbiteriana no Brasil**. 2ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. 2 vols.
- GOMES, A.M.A. (2000) **Religião, educação e progresso**: a contribuição do Mackenzie College para a formação do empresariado de São Paulo entre 1870 e 1914. São Paulo: Editora Mackenzie.
- MENDONÇA, A. G. (1995) O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE.
- RIBEIRO, B. (1981). **Protestantismo e cultura brasileira**: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.
- VIEIRA, D. G. (1980). **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: UNB. (Coleção Temas Brasileiros)